

Datafolha: atos golpistas são condenados por 93%



Segurança reforçada. Militares do Exército que compõem o Batalhão de Guarda Presidencial postaram-se ontem na frente do prédio. Ao contrário de domingo, proteção foi reforçada para prevenir atos golpistas, que não ocorreram

93% CONDENAM ATAQUES

Datafolha mede reprovação; Moraes proíbe atos com bloqueios de vias

DANIEL GULLINO, GABRIEL SARBÓIA, FELIPE GRINBERG E IVAN MARTÍNEZ VARGAS politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Três dias depois dos ataques às sedes das principais instituições da República em Brasília, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu ontem a interrupção do trânsito em áreas urbanas e nas estradas para manifestações, além de determinar outras medidas para impedir a realização de novas investidas golpistas como as de domingo. Ontem, havia a expectativa de que novos atos bolsonaristas ocorressem em capitais, por causa da convocação nas redes sociais, mas eles não aconteceram.

Promovidas por radicais bolsonaristas, elas têm a reprovção de larga maioria da população. Pesquisa Datafolha feita após os atos de vandalismo contra os três Poderes e divulgada ontem mostra que 93% dos brasileiros rejeitaram a ação. O levantamento mostrou ainda somente 3% dos entrevistados disseram apoiar a invasão do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e do Congresso.

Os brasileiros, segundo a pesquisa, estão otimistas com a possibilidade de punição dos criminosos: 77% acham que os envolvidos serão responsabilizados, embora se dividam entre os que preveem uma pena "dura" e outros que haverá punição "branda". O nível de aceitação da tentativa de golpe só foi maior entre os que se dizem eleitores de Bolsonaro: 10% aprovaram os ataques. Ou seja, sinais positivos à destruição e ao terrorismo estão em maior quantidade entre bolsonaristas. As prisões dividiram mais as opiniões na pesquisa Datafolha. Para 46%, todos os envolvidos devem ser presos. Para 15%, a maioria; e,

para outros 26%, só alguns. A opinião pública também está mais inclinada à punição de financiadores que ajudaram com ônibus e materiais para a destruição de domingo, uma das principais frentes de investigações do resultado pelos atos golpista do domingo (leia mais na página 6).

ATOS FRUSTRADOS

As determinações Alexandre de Moraes para conter uma nova onda de ataques atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União, que representa juridicamente a Presidência. O órgão alegou que "teve notícias de que grupos extremistas vêm convocando (novas) manifestações de teor golpista". O órgão expôs ainda que havia a "iminência de ser constatado em todo o território nacional mais um cenário abusivo do exercício do direito de reunião e de verdadeiro atentado ao Estado Democrático".

Em seu despacho, Moraes determinou que as autoridades de segurança pública de todas as capitais "tomem medidas efetivas para garantir a liberdade de tráfego e impedir a concentração de pessoas" em locais para onde tenham sido convocados atos. Ele determinou a aplicação de prisão, além de uma multa de R\$ 20 mil, para pessoas físicas, e R\$ 100 mil, às jurídicas, em caso de descumprimento. Isso vale para quem participar de algum ato, inclusive dando apoio logístico ou financeiro. Além disso, ele ordenou o bloqueio de canais e contas no Telegram que ajudem a divulgar protestos.

Moraes sustentou que "os direitos de reunião e livre manifestação são relativos e não podem ser exercidos, em uma sociedade democrática, de maneira abusiva e atentatória à proteção dos direitos e liberdades dos demais". Ele argumen-

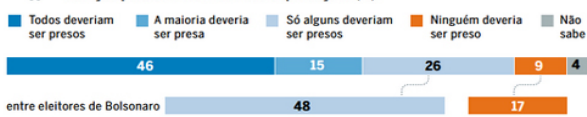
MAIORIA CONDENAM ATOS GOLPISTAS

Pesquisa Datafolha aponta que reprovção à invasão dos Poderes cai entre eleitores de Bolsonaro

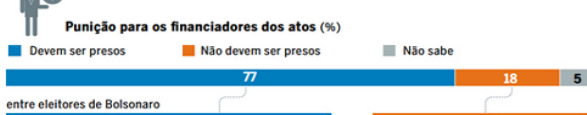
Invasão e destruição aos prédios do Congresso, STF e Palácio do Planalto (%)



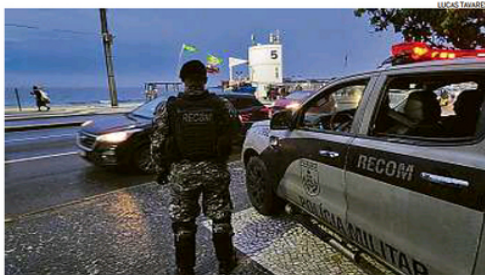
Punição para os envolvidos nas depredações (%)



Punição para os financiadores dos atos (%)



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada entre os dias 10 e 11 de janeiro, com 1.214 entrevistados (por telefone) em todas as regiões do país. A margem de erro é de três pontos percentuais.



ta que o cenário político nacional exige a reação proporcional do Estado para "garantir o funcionamento das instituições democráticas, na linha dos pedidos apresentados pelo Advogado-Geral da União, de modo a inibir o exercício abusivo dos direitos de reunião e livre manifestação".

A AGU recorreu ao STF depois que simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro convocaram novos atos para ontem. As manifestações, contu-

do, não ocorreram ou, em alguns lugares, foram esvaziadas. No Rio, a concentração estava prevista para Copacabana, mas ninguém apareceu. Durante todo o dia no Distrito Federal, militares reforçaram a segurança do Planalto. Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantinha reuniões e participava de cerimônia de posse de ministros, oficiais do Batalhão de Guarda Presidencial (BCP) cercaram o edifício para proteger o local. No fim do dia, sem incidentes, grande parte o efetivo foi desmobilizado. Na Praça dos Três Poderes, policiais da Força Nacional de Segurança também reforçaram a segurança. Um ônibus da corporação e um camburão ficaram estacionados para evitar qualquer invasão.

IBANEIS: DERROTA NO STF

Ontem para acessar o entorno da praça dos três Poderes era necessário passar por revista, e um helicóptero sobrevoava a região. Do chão, o interventor federal na segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, acompanhou a movimentação da Esplanada. De acordo com ele, todas as corporações envolvidas no trabalho operaram com efetivo máximo ontem.

— Não há hipótese de se retomarem os atos de vandalismo. O direito à livre manifestação sempre será garantido, mas isso não pode se confundir com terrorismo, ataques ao patrimônio público e à democracia — afirmou o interventor.

Ele também criticou mais uma vez o ex-secretário da segurança do DF Anderson Torres. Ex-ministro de Bolsonaro, Torres é alvo de um mandado de prisão expedido por Moraes por suspeita de omissão no dia dos ataques em Brasília. Ele ainda não retornou dos EUA para se entregar, como prometeu.

— Faltou comando. Eu tenho plena confiança nos homens das forças de segurança e sei que jamais se omitiram em cumprir os seus deveres — afirmou Cappelli.

O STF formou maioria para manter a decisão de Moraes que determinou a prisão do ex-ministro e o afastamento do governador do DF, Ibaneis Rocha. Ao afastá-lo, Moraes considerou que ele teve "conduta dolosamente omissiva" por permitir a realização das manifestações golpistas.

Editoria de Arte

Vazio. Em Copacabana, apenas policiais na Avenida Atlântica: bolsonaristas não apareceram para ato convocado nas redes

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4